

# Políticas públicas culturais: o acesso ao consumo cultural em instituições totais

Avance de investigação em curso

Grupo de trabalho nº 03/Produção, consumos culturais e Mídia

Nathielly Darcy Ribeiro Araújo<sup>1</sup>

## Resumo:

O presente trabalho visa analisar a demanda de políticas públicas culturais no contexto das unidades prisionais, mais especificamente na Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, em Pernambuco (Brasil). Neste texto, analisamos a oferta de políticas públicas para a juventude, na ótica das jovens institucionalizadas, especificamente as detentas da colônia penal, além de verificar a existência e a demanda de atividades relacionadas à cultura dentro da unidade prisional, traçando o perfil das práticas culturais dessas jovens.

## Introdução:

A atenção dada pela sociedade brasileira, no que diz respeito à oferta de políticas públicas direcionadas para a juventude, incita-nos a fazer uma reflexão a respeito da trajetória em que esse tema se inscreve. Recentemente, vem se observando uma preocupação maior por parte do poder público em dar atenção à implementação de programas direcionados à juventude (SPÓSITO, 2007). Na década de 80, no Brasil, não havia políticas públicas desenvolvidas especialmente para os jovens, de maneira que eles acabavam sendo contemplados não por políticas diferenciadas, mas pelas que abrangiam as mais diversas categorias sociais, políticas essas que não levavam em conta “a ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações” (SPÓSITO, 2007:174).

Apesar de esse cenário persistir no anos 80, já no início dos anos 20 começam a se observar iniciativas públicas direcionadas mais especificamente para a juventude. A formulação de políticas públicas para essa faixa etária, no entanto, não parece algo de baixa complexidade, tendo em vista que são formulações para um público que é visto como problemático, a começar por sua definição. Baseando-nos na compreensão bourdieusiana de que “a juventude é apenas uma palavra”, somos levados a refletir acerca das aspirações dos indivíduos integrantes da faixa etária definida para o grupo<sup>2</sup>. Bourdieu (1978) destaca que “o reflexo profissional do sociólogo é lembrar que as divisões entre as idades são arbitrarias” (BOURDIEU, 1978: 1). Não se pode buscar um limite de idade, por exemplo, que defina onde a juventude começa ou termina. Falar em divisão tanto em gerações quanto em classes de idade é algo altamente manipulável. Dessa maneira, é importante ressaltar que essas políticas estão visando não só a promoção de iniciativas para a juventude, mas também a resolução e/ou amenização das problemáticas relacionadas à própria condição do *ser jovem*.

Essas considerações se aplicam ainda mais fortemente no universo aqui estudado: um presídio feminino, que tem a maioria da sua população inscrita na categoria de juventude. Se as

---

<sup>1</sup> Estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> A pesquisa a qual este subprojeto está vinculado considerou como jovens pessoas de 15 a 29 anos, contemplando uma discussão recente acerca da categoria para o Conselho Nacional da Juventude, responsável pela elaboração de políticas públicas junto ao governo federal. No nosso trabalho, mantivemos a faixa entre 18 e 29, uma vez que a lei enquadrava como adolescentes os indivíduos até 17 anos.

particularidades, no que diz respeito aos jovens não encarcerados, já se apresentam como problemáticas, essas se mostram ainda mais fortes dentro do contexto prisional, onde se encontram jovens provenientes das classes menos abastadas economicamente, em situação de risco, submetidas ao cotidiano da prisão. Nesse sentido, o presente estudo se propôs a verificar a existência de políticas públicas, mais especificamente políticas públicas culturais, nas dependências da Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor, partindo da premissa de que essas políticas públicas promovem o acesso à cidadania e funcionam como uma saída à padronização e ao estigma proporcionado pelo processo de institucionalização, processo esse que se dá a partir do momento em que as detentas passam a realizar as atividades simples como comer e dormir, por exemplo, com as mesmas pessoas, sob um olhar de autoridade.

Bernard Lahire nos levou a pensar a demanda cultural das jovens detentas através da classe social a que pertenciam, o que nos foi de grande valia, já que traçamos o perfil das suas práticas culturais, verificando que no presídio existem jovens de diferentes grupos sociais e que seu pertencimento a determinado grupo influenciaria na formação do seu perfil cultural. Para compreender melhor o papel e a influência que as práticas culturais possuem na vida intra-muros das detentas, devemos construir um entendimento acerca do que são as políticas públicas e, especificamente, políticas públicas culturais. Política pública é a “escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais” (SIMIS, 2007:133). No contexto trabalhado, analisar a promoção da cultura como direito social e os impactos da intervenção do Estado nos é pertinente, visto que estas jovens, mesmo estando detidas, podem ser beneficiárias de políticas públicas culturais.

Nas instituições totais, onde as práticas e os comportamentos são padronizados e os integrantes são submetidos a uma subcultura carcerária, a análise do que é oferecido em termos de cultura é necessária para percebermos se esta oferta é passível de escolha estatal ou se as detentas podem selecionar os bens culturais com os quais deseja ter contato. Simis (2007) nos leva a pensar se o Estado, ao promover o direito social, não acaba intervindo em outros planos, como o direito de escolha, por exemplo, quando deveria gerir as políticas culturais sem determinar as suas direções. Por isso, é relevante perceber a existência dessa demanda cultural por parte das detentas.

Trabalhar juventude na Colônia Penal Feminina do Recife nos leva a refletir acerca de uma série de temas e proposições a ela relacionados. O primeiro deles é o cotidiano prisional, que implica numa série de características, entre elas a constante padronização dos indivíduos. Esta é uma característica das instituições totais, como observa Goffman, ao afirmar, quanto aos institucionalizados, que vivem "todos os aspectos da sua vida em um recinto fechado e tendo a companhia íntima de outros internos igualmente separados do mundo abrangente" (GOFFMAN, 1974, p. 175). Isso pode fazer com que os institucionalizados se adequem a um padrão estabelecido ou consigam rotas de saída para a diferenciação. Trabalhando na perspectiva goffmaniana do interacionismo simbólico, estamos fazendo uma análise microsociológica dos fenômenos sociais, observando as trocas feitas entre as pessoas no âmbito prisional, onde a interação social é baseada em relações simbólicas. Estas relações são construídas e detêm significado que atribuímos a elas e, por conseguinte, os outros também atribuem sentido às suas.

Goffman observou que “uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral” (GOFFMAN, 1961:17). As instituições totais têm como aspecto central romper as barreiras que separam essas três esferas da vida cotidiana. Esse rompimento causaria uma padronização das atividades realizadas pelos indivíduos, produzindo, em termos goffmanianos, uma “morte social”. No contexto trabalhado por nós, essa saída contra a estigmatização pode ser a forma de consumir bens culturais. Ao fazer escolhas sobre este ou aquele bem cultural, uma

jovem se posiciona no mundo das representações sociais, sendo observada e podendo influenciar o grupo a partir de suas opções.

Nesse contexto, Goffman vai nos ajudar a pensar a questão da representação dessas jovens no contexto que elas se encontram: continuamente dispostas a um grupo particular de observadores – outras detentas, os gestores, os agentes penitenciários, os visitantes –, há uma troca de influências entre todos. Isso nos encaminha à ideia foucaultiana do *panoptismo*, que pressupõe um modelo onde os indivíduos são observados na sua individualidade como pequenos atores, em seus teatros. “Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados” (FOUCAULT, 2006:187-188). A ordem vem, nesse sentido, desfazer todas as confusões, dá a cada um a sua função, o seu lugar, o seu corpo. A jovem estigmatizada pode lançar mão do consumo cultural como artifício que a ajudaria a encobrir as marcas proporcionadas pela institucionalização, a partir de sua *representação* no seu espaço societário. Como observa Rocha:

A cultura é, antes de mais nada, o espaço em que diferentes ordens de valores competem pela primazia na atribuição de um sentido para a existência. Na ausência de um significado transparente, dado no mundo, os seres humanos produzem coletivamente esse significado e o sedimentam em concepções que, por definição, não podem ser absolutas (ROCHA, 2011:163).

Quando se fala de consumo cultural como ação contrária à estigmatização, faz-se necessário analisar a questão da identidade do indivíduo, principalmente no contexto pós-moderno. O indivíduo pós-moderno possui uma identidade fragmentada decorrente de uma crise de identidade provocada pela pós-modernidade:

O mundo moderno é um “mundo em disparada”: na só o *ritmo* da mudança social é muito mais rápido que em qualquer sistema anterior; também a *amplitude* e a *profundidade* com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores ( GIDDENS,1999:22).

O que é interessante pensar é como o indivíduo acompanha o ritmo acelerado dessas constantes transformações, levando-nos a observar por essa ótica as jovens detentas, o quanto suas identidades estão colocadas ou não no âmbito contemporâneo. Visualizar a prática cultural como consumo é uma das implicações de uma modernidade tardia que sociabiliza valores efêmeros. Nova nos diz que:

Stuart Hall procura definir como “sujeito pós-moderno”, portanto, protagonista desta sociedade do consumo, aquele que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente. É a instabilidade consolidada na liberdade da escolha do consumo, opinião e desejos, nos empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (NOVA, 2007:63).

A partir dessa definição de sujeito pós-moderno feita por Hall, podemos mais uma vez remeter às jovens detentas, o quanto o processo de construção da identidade consegue acompanhar o acelerado processo de globalização, que caminha junto com a modernidade tardia, como se dá a adaptação dessas jovens institucionalizadas à questão do indivíduo que, por vezes, é singular, e por vezes se encontra inserido no âmbito da cultura de massa, estando ainda inseridas no contexto das instituições totais. Nesse sentido, ter como campo o cotidiano intra-muros e analisar a demanda cultural nele, fazendo uso

da perspectiva pós-moderna e da multiplicidade de estilos, permite-nos um entendimento mais amplo acerca das escolhas de consumo cultural das jovens institucionalizadas.

Tratar de cultura e desenvolvimento é adentrar em um território que inspira cautela, uma vez que os dois termos raramente são vistos em um mesmo plano. O que é dito é que a cultura é sempre colocada em segundo plano, não sendo priorizada pelo pensamento econômico, visto que não parece essencial. Cultura “é um domínio dos símbolos, e sabemos, o símbolo tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas” (ORTIZ, 2008:123). Sendo assim, o homem é um animal simbólico que vive em sociedade, que por sua vez, não pode existir sem cultura, pois há toda uma confluência dos símbolos que nomeiam as coisas e acabam por lhes dar sentido. A pergunta prévia a ser feita, quando se propuser a fazer políticas culturais de desenvolvimento, é a seguinte: “de que desenvolvimento se está falando?” (ORTIZ, 2008:127). Essa discussão contribui para percebermos dentro contexto estudado a importância que se dá à elaboração e à oferta de políticas culturais na colônia.

Estudar o consumo pressupõe também que se veja o produto consumido como possuindo valor simbólico. Como observa Baudrillard (2008), o objeto de consumo, quando se torna um signo, só tem sentido com outros objetos-signos, não mais possuindo a capacidade de retirar significado da relação concreta entre as pessoas. Juntos, eles sujeitam a sociedade a um código, fazendo com que ela apenas consuma e não mais acumule. O consumo, no entanto, não é visto como uma relação de apropriação que se dá de maneira passiva: “a lógica do consumo ultrapassa os próprios objetos, constituindo-se como uma prática idealista e não como prática material” (SANTOS, 2011:128). Não existe uma base real do consumo, pois todos os elementos se traduzem em signo puro (BAUDRILLARD, 2008 apud SANTOS, 2011). Os objetos passam a ser usados como signos e não mais como instrumentos, e a primeira função deles é servir de “mecanismo de discriminação social e prestígio” (SANTOS, 2011, p. 129). É a ideia de distinção de Bourdieu (2007). Não há sociedade livre de consumo, somos todos coagidos pelo sistema que exige, de certa maneira, gostos e práticas.

O consumo no plano por nós estudado não está livre da lógica de mercado, visto que, apesar de estarem inseridas na subcultura carcerária, cada uma das jovens da Colônia Penal possui uma demanda cultural adquirida antes da sua institucionalização. Observar, então, em que medida o valor simbólico dos bens está presente no consumo cultural das detentas vai direcionar o nosso olhar de maneira diferente, já que, apesar de possuírem uma demanda cultural, estas jovens estão sob a influência do cotidiano intra-muros sobre suas escolhas. O consumo cultural desses indivíduos se encontra limitado pelas possibilidades de seleção, que são reduzidas em decorrência do encarceramento. Esse contexto pressupõe a existência de um *habitus* carcerário, que vai determinar as escolhas. O *habitus* carcerário envolveria um conjunto de regras existentes dentro da instituição e que são internalizadas pelas jovens. *Habitus* é aqui compreendido como “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (BOURDIEU, 1983:65 apud SETTON, 2002:3).

No que diz respeito à cultura, sabemos que a sua mercantilização é um dos efeitos produzidos pela modernidade e que tem como aliada a publicidade. Rocha (2011) situa historicamente o tema, dizendo que os questionamentos pertinentes a uma visão de mundo que justifica a vida a partir do consumo refletem-se na publicidade contemporânea, especialmente a brasileira. A publicidade reforça uma visão de mundo hegemônica, quando retira espaço para outras visões que por ventura venham a se contrapor a ela. Isso é importante quando observarmos a expressão do gosto das detentas, verificando se há uma relação direta entre a opção de consumo e a publicidade. Consumir também nos leva a pensar a questão *do gosto puro* e *do gosto bárbaro*. Na nossa sociedade, é feita uma exigência ao espectador para que ele reproduza a operação originária, ou seja, a reprodução do *puro*: se é exigido que se consuma a música clássica, que se assistam determinados tipos de filmes, que se usem determinadas marcas de roupa, e em troca lhe é oferecido o exibicionismo ingênuo. Essa “alta cultura” é disponibilizada apenas para os que possuem um mecanismo de compreensão aprimorado por suas

condições de existência, tratada como uma “minoría dotada de dons especiais” (ORTEGA y GASSET apud BOURDIEU, 2007:34)

Pensar o consumo cultural na Colônia Penal Feminina, baseando-se nas ideias de Bourdieu, servirá para identificar a noção de *puro* e de *bárbaro* na instituição a partir do momento em que forem identificados os gostos e as apropriações de bens culturais pelas jovens. Atrelada a isso está a questão da escolha pelo necessário, ou seja, pensar o consumo dos produtos segundo seu valor de uso ou de troca. Como nos diz Bourdieu (2007), as classes populares definem como necessário tudo o que se entende por essa palavra. Vale salientar que classe social para Bourdieu não é algo definido por uma posição nas relações de produção, mas sim pelo *habitus* de classe a que está associada essa posição. No caso das detentas, há o *habitus* de origem e há o *habitus* de sua condição carcerária, e ambos operam relacionadamente. Bourdieu (2007) aponta que a incapacidade de gastar mais é a melhor confirmação da impossibilidade do consumo ou do *habitus* das condições econômicas pontualmente definidas. Se todos os fatores apontam para uma relação direta entre renda e consumo é porque o gosto é fortemente marcado pelas condições econômicas. As diferenças nos estilos de vida ou, mais ainda, na estilização da vida estão localizadas na distância objetiva e subjetiva com relação ao mundo e às suas restrições materiais (BOURDIEU, 2007).

Tanto no lazer com no consumo cultural, as relações sociais se dariam num plano de descontração, refletindo valores orientados para a busca do prazer e de estar com a família e os amigos. Pensar a instituição e a demanda cultural oferecida, vinculada ao lazer, remete-nos à ideia de *habitus* carcerário, onde esse sistema de disposições para a prática é influenciado pelas características impostas pelo presídio, como, por exemplo, a limitação das atividades de lazer e cultura ao ambiente fechado. Estas jovens são beneficiárias de políticas públicas culturais, mas estão na condição de detentas e, neste sentido, nossa intenção foi a de verificar o que vem sendo formulado para atender aos anseios deste grupo no tocante ao acesso aos bens culturais e às práticas de lazer e em que medida estão sendo apropriados por elas. Faz-se necessário o estudo do consumo cultural dentro das instituições totais, no contexto trabalhado, para analisar se há a promoção da cultura como direito social, e os impactos da intervenção do Estado, já que estas jovens, mesmo estando detidas, podem estar na condição de beneficiárias de políticas públicas culturais.

Erving Goffman definiu como totais os estabelecimentos que em sua rotina apresentam uma barreira à relação social com o mundo externo. Nessas instituições, os indivíduos são submetidos a um controle de suas necessidades “pela organização burocrática de grupos completos de pessoas” (GOFFMAN, 1961:17) Essa instituições apresentam, dessa maneira, um caráter binário, ou seja, percebe-se a existência de uma divisão, entre um grupo que controla e um grupo que é posteriormente controlado que, segundo Goffman, podemos denominar de “grupo dos internados e uma pequena equipe de supervisão” (GOFFMAN, 196:18).

Não é diferente na Colônia Penal Feminina do Recife. Atualmente, a colônia possui cerca de 700 detentas, das quais 85 são concessionadas para o trabalho interno em serviços setoriais, tais como administrativo e jurídico. Distribuídas em 33 celas, incluindo espaços especiais para gestantes e a cela do castigo, as detentas vivem sob a supervisão dos agentes de Segurança Penitenciária e sob a administração dos setores da segurança e psicossocial. A rotina da instituição começa cedo, com as detentas concessionadas para a cozinha acordando por volta das 3 da manhã para o preparo da primeira refeição. O restante é convocado através de uma sirene para que possam pegar a *boia*<sup>3</sup>:

Cinco horas, acordo, banho, encher balde, lavar o banheiro, são vinte minutos de água, de manhã, vinte minutos de meio dia, e vinte minutos de noite. Encher

<sup>3</sup> *Boia*, no termo usado pelas detentas, refere-se às refeições.

balde, trocar de roupa, tomar café e trabalhar. Meio dia, almoçar, cinco da tarde, tomar café, cela (Maria, 29 anos)<sup>4</sup>.

As detentas que trabalham encaminham-se para o serviço, as que não realizam nenhum tipo de atividade recolhem-se às celas à espera do novo toque, que sinalizará o momento da próxima refeição, rotina essa observada na fala de Flávia: “*Meu dia-a-dia é normal, me acordo de manhã, vou tomar café, aí bate a tranca<sup>5</sup>, aí vou dormir, leio um livro às vezes, meio-dia almoço, assisto novela e vou dormir. Minha rotina é essa*”. Para quem trabalha, o dia é praticamente todo ocupado pelas seis empresas privadas instaladas nas dependências da instituição, que emprega 172 detentas. Quem não trabalha geralmente estuda na Escola Olga Benário Prestes, escola pública mantida pela Secretaria de Educação que oferece 250 vagas até o ensino fundamental II. Quem não trabalha nem estuda passa o dia inteiro nas celas, saindo apenas para fazer as refeições ou nos finais de semana para o banho de sol e a visita.

Devido ao déficit de vagas oferecidas nas atividades culturais, nem todas as detentas podem participar do que é oferecido. O critério de escolha, segundo as gestoras, é de dar preferência às presas que não trabalham ou que não recebem visitas. Não podem participar dessas atividades presas que se encontram na cela do castigo. No entanto, algumas detentas criticaram estes critérios de escolha das que podem participar dessas atividades:

Porque a diretora decreta que apenas seis podem sair, é muito difícil sair mais do que isso (Marta, 19).

Mesmo assim, as detentas buscam, à sua maneira, usufruir dos elementos culturais, adaptando-os à realidade existente, visto que o consumo cultural pode ser um agente contra a estigmatização proporcionada pela instituição. Observamos que a maioria gosta de escutar música e, apesar da presença de estilos variados, tais como gospel, forró, pagode e MPB, o estilo predominante encontrado foi o brega: “*A cadeia só pede brega*”; “*A cadeia inteira é brega*”, pondo o estilo brega como parte integrante do *habitus* carcerário. A banda mais citada foi a “Musa Do Calypso”, por ter letras cujo conteúdo faz apologia aos amores perdidos, o que reflete grande parte da realidade presente entre as detentas, que não puderam dar continuidade aos seus relacionamentos por estarem presas. Confirmando o estigma, o estilo musical é abominado pelos gestores:

Olhe, adoram uma festa de música de brega... Tocou um brega aí, pode ter o que tiver... Tudo a ver com o nível social, mas não são todas, né? (Fátima Vasconcelos, gestora da laborterapia).

Eu acredito que seja assim, o brega, né? Que elas já vêm de onde [de seus lugares de origem], enfim, já vêm com esse estilo musical (Rebeka Luz, gestora do setor psicossocial).

Além da música, elas querem dançar, entendeu? Não se contenta só de ouvir, e a dança é muito estranha, aí fica meio difícil pra você tá controlando ( Eliete, gestora da escola).

O brega, na visão dos gestores, pareceu ser um estilo musical proveniente do ambiente em que viviam as detentas anteriormente, e que elas possuíam determinado gosto em função do local onde

<sup>4</sup> Todos os nomes das detentas foram substituídos por nomes fictícios para salvaguardar suas identidades.

<sup>5</sup> A *tranca* é o nome dado ao ferrolho das celas, “batidos” ao serem fechados.

viviam. O brega, em termos bourdieusianos, é visto como um gosto bárbaro, proveniente das classes menos abastadas que são postas a reproduzir o originário, incitadas a adaptar seus gostos aos das classes mais favorecidas. As gestoras colocavam sempre a música clássica como virtude, como bom gosto, o gosto puro, elogiando inclusive as apresentações desse gênero e repugnando o brega:

Mas a gente trabalha muito aqui, por exemplo, quando houve essa apresentação de música clássica, elas ficaram assim, pasmas, não sabiam o que era música clássica e sentiram a beleza que a música clássica tem, ela toca você lá dentro, é um sentimento, né? Então elas ficam assim, ficam admiradas, então a gente procura trabalhar sempre essas músicas, que trazem uma mensagem, uma coisa mais é... afetiva, mais emocional, entendeu? E que tenha a ver com a realidade (Eliande de Andrade, gestora da escola).

Não há acesso a CD'S para empréstimo e as detentas que estudam têm acesso à música na escola ou ouvem música nas celas em rádios de pilha trazidos por seus familiares ou comprados dentro do presídio. Elas também assistem na única televisão<sup>6</sup> da cela um programa musical:

É um programa do canal dois que passa bandas de bregas, que elas gostam. Aí de duas horas elas assistem (Vera, 20.).

Como o acesso à música é limitado, as jovens apropriam-se de outros materiais como forma de suprir essa necessidade:

[...]dançam mais funk, brega, forró. A gente não tem o que fazer, fica tocando num balde, pra dançar (Vera, 20).

Apareceu a gente vai. Tudo aqui é uma diversão. Até se começar a bater todo mundo nos baldes é divertido (Rose, 21).

O gosto pela leitura foi unanimidade, uma vez que há uma biblioteca na instituição. Os gêneros literários não variavam muito, ficando entre livros religiosos, romances, revistas de novela e os livros de direito, o que mostra uma instrumentalização do gosto, pois é através da leitura deles que as detentas buscam estar a par dos seus direitos e deveres, além do jornal, restrito às pessoas da escola e a quem trabalha nas concessões. No entanto, quem afirmou ler mais antes de entrar na cadeia, disse que não mais o faz em decorrência do trabalho, que ocupa todo o tempo. O acesso à leitura se dá por meio desta biblioteca, onde é permitido o empréstimo a todas as detentas. Eventos relacionados à literatura já aconteceram dentro da colônia, mas assim como os outros, não há uma frequência regular:

O oitavo festival de literatura do Recife o encerramento foi aqui dentro(...). Aqui também já teve Ariano Suassuna, já tiveram duas apresentações que ele faz questão, que ele disse que isso aqui é a casa que ele mais gosta de vir, já teve duas apresentações das aulas-espetáculo aqui. A gente o ano passado fez como é...literatura de cordel com a cordelista Suzana. Ela trouxe ela e mais três cordelistas pra aqui. A gente fez uma tarde cultural de cordel (Eliande de Andrade, gestora da Escola).

---

<sup>6</sup> Cada cela possui uma televisão, exigida pela lei de execuções penais. Muitas vezes a televisão é retirada como forma de castigo.

A exibição de filmes também não conta com uma estrutura definida. As projeções de filmes ocorrem no refeitório e como é raro isso acontecer, as jovens estão limitadas à programação da televisão: *“Porque agora não tem mais tempo nem onde assistir, e a cela tem os filmes que passam depois da novela, mas assim, o pessoal não deixa, faz barulho, tem que desligar, vai dormir. Aí eu boto o fone e vou escutar minha música”*. Os gêneros foram sempre ação e romance e os tipos de filmes assistidos anteriormente mudaram em decorrência das dificuldades estruturais: *“Mudou, porque aqui eu tenho que ver o que tem na televisão passando, em casa não, em casa é o que me der vontade”*.

Atividades como artesanato, fotografia e pintura se mostraram presentes, mesmo assim, tal como as outras atividades, elas são muito raras, embora apreciadas. O mais citado foi o curso de bordado russo ministrado por uma detenta, com o apoio da instituição. A escola também auxilia na realização desses cursos o que, porém, faz com que eles não sejam estendidos a toda população carcerária do local. As detentas não podem escolher o que querem participar, não há um poder interventivo e o que chega em termos de atividades culturais é sempre bem recebido por elas.

Como já afirmamos, ainda que as atividades culturais tenham sua importância no âmbito da Colônia Penal Feminina do Recife, verificou-se que não existem políticas públicas culturais direcionadas para a juventude nessa instituição. Tudo o que é realizado é proposto para o grupo maior, formado em sua maioria por jovens. Devido a pouca frequência dessas atividades, em decorrência da falta de estrutura para suas realizações, essas ações não possuem um impacto direto na vida das jovens. A mudança na vida delas deve-se ao trabalho e ao estudo: *“Cada dia mais o trabalho pra mim é uma grande coisa aqui dentro”*. As práticas adquiridas dizem sempre respeito ao trabalho como agente transformador: *“O trabalho, o que mudou muito foi o tempo que eu passo aqui dentro passa mais rápido, então assim, é melhor trabalhar aqui dentro do que ficar na cela sem fazer nada”*.

Dada a importância das políticas públicas culturais para a juventude, a presente pesquisa buscou verificar a existência dessas ações direcionadas mais especificamente para as jovens detentas na Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor. Entretanto, não verificou-se a existência de uma política pública cultural efetiva, mas observou-se a presença de atividades pontuais, irregulares, com exceção do acesso à leitura. Por isso, não se pode falar em promoção de mudança no que diz respeito ao gosto e ao estilo de vida. Mesmo com a biblioteca, as que trabalham reduziram o tempo disponível para leitura.

As mudanças relatadas aconteceram em decorrência de atividades provenientes do estudo e do trabalho. O estudo por proporcionar atividades mais regulares, parte integrante do plano pedagógico dos professores, permite uma maior aproximação das jovens com filmes, músicas e o incentivo à leitura; o trabalho por oferecer uma pequena remuneração para as concessionadas empregadas em seis empresas instaladas na cadeia, ocupando também o tempo livre marcado pelo ócio, o que é prejudicial tanto para elas quanto para a segurança da instituição.

A leitura foi um ponto marcante percebido como atividade cultural. Em função da biblioteca existente na instituição, as jovens têm acesso facilitado à leitura, o que porém, não indica que haja uma mudança significativa nos hábitos literários das jovens. Umam alegam ler mais, depois do encarceramento, por ter mais tempo, já outras dizem que não tem muito tempo, porque o trabalho preenche o espaço livre. Pelo contrário, o que se percebeu é que houve uma restrição ao acesso aos bens culturais em função do encarceramento, pois nessa situação as jovens estão submetidas ao que é oferecido pela colônia, resumindo-se às músicas que tocam no rádio e aos filmes que passam na televisão.

A hipótese por nós apresentada de que a existência de políticas públicas culturais na Colônia Penal Feminina do Recife/Bom Pastor daria acesso ao consumo cultural pelas jovens detentas, servindo como instrumento ativo contra o estigma e o processo de padronização impostos pela instituição prisional, não se confirmou, visto que não existem políticas públicas culturais na instituição. O que se encontrou foram atividades aleatórias, sem datas ou periodicidades determinadas para acontecer.



Com os dados obtidos, traçou-se o perfil das práticas culturais das jovens em sua condição de restrição, dado encontrado mesmo sem a existência de políticas culturais a partir das ações aleatórias realizadas e do acesso a alguns bens culturais, mesmo que irregularmente no cotidiano intra-muros.

Após verificar esses resultados, cientes da importância das políticas culturais nesses ambientes, vale salientar que a união dessas três atividades – trabalho, estudo e políticas culturais regulares – pode se configurar em um importante artifício de melhorias para o ambiente prisional, visto que, observados individualmente, esses elementos mostraram os benefícios que poderiam proporcionar ao ambiente das prisões. No entanto, as atividades culturais isoladas não possuem um impacto direto de benefícios, tendo que se associar a outros elementos para, dessa maneira, promover melhorias.

## **Bibliografia:**

- BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CANCLINI, N.G. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- DUARTE, J. *Entrevista em profundidade*. In: DUARTE, J & BARROS, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GOFFMAN, E. *A subvida de uma instituição pública: um estudo das formas de manipulação em um hospital de doenças mentais*. In: RELEY, M. W. & NELSON, E.E. (orgs.). **A Observação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 173-182.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HAZIN ALENCAR, A.L. **Juventude, Consumo Cultural e Políticas Públicas: estudos de caso com jovens da Região Metropolitana do Recife (projeto de pesquisa)**. Recife: Fundaj, 2010.
- NOVA, L. H. S. **Da cultura como mercadoria ao consumo como prática cultural**. Salvador: Enecult, 23 a 25 mai. 2007.
- NUNES, B. F. **Consumo e identidade no meio juvenil: considerações a partir de uma área popular do Distrito Federal**. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n.3 p. 647-678, set/dez 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/07.pdf>. Acesso em: 02 out. 2009.
- ORTIZ, R. **Cultura e desenvolvimento**. Políticas culturais em Revista, V. 1, n. 1 p.122-128, 2008. Disponível em: [www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/articles/view/3194/2304](http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/articles/view/3194/2304). Acesso em: 02 out. 2009.
- ORTIZ, R. *Os artífices mundiais de cultura*. In: ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Braziliense, 1994, p. 01-18.
- ROCHA, M.E.M. **O consumo traz felicidade? A publicidade no centro da cultura**. São Paulo: Revista Comunicação, Mídia e Consumo, ano 8, v. 8, n.23, p. 161-179, nov. 2011.
- SANTOS, C.C.A.T. **Um olhar sobre a Colônia Penal Feminina do Recife: Dinâmica e compreensão do perfil da mulher no cárcere**. Recife: FAFIRE, 2009. Disponível em:

[http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=5475](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5475). Acesso em: 26 fev.2013.

**SETTON, M.G.J.** A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, mai/jun/jul/ago 2002, p. 60-70.

TASCHNER, G. **Cultura, consumo e cidadania**. Bauru: Edusc, 2009.

SPÓSITO, M.P. **Juventudes e políticas públicas no Brasil**. In: Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.